

**PORTARIA Nº 1545/2023**

*Dispõe sobre a criação de grupo técnico de trabalho para planejamento das contratações de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o objetivo estratégico promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível - Plano Estratégico 2030;

**CONSIDERANDO** a necessidade de execução do Plano Anual de Contratações 2023 e 2024, conforme Resolução 05/2022 do Órgão Especial.

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar grupo técnico de trabalho para contratações dos serviços de segurança armada, monitoramento eletrônico, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de scanners de bagagens do tipo raio-x:

I – Cristiano Henrique de Carvalho Lima; Secretaria de Tecnologia da Informação;

II – David Oliveira Almeida – Secretaria de Administração e Infraestrutura;

III – Erle Rocha Menezes; Assistência Militar;

IV – Bia Úrsula Uchôa de Medeiros - Assistência Militar

V – José Márcilio Guimarães Cavalcante – Assistência Militar

VI – Sandro Wellington Vasconcelos Barros – Assistência Militar;

VII – Rosilene Queiroz de Lavor – Assistência Militar;

VIII – Fransilvia Oliveira Paiva – Secretaria de Gestão de Pessoas;

IX – Aeldo Evangelista Júnior – Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º Os integrantes do grupo técnico de trabalho mencionados no artigo anterior atuarão sem prejuízo de suas respectivas funções;

Art. 3º Esse grupo técnico de trabalho terá duração de até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data publicação desta portaria;

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

**Republicado por incorreção.**

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 1563/2023**

*Dispõe sobre suspensão de vínculo funcional.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 8513542-44.2023.8.06.0000;

**RESOLVE:**

Art. 1º **Autorizar** a suspensão de vínculo funcional do servidor DAVID SILVA DE SOUSA, Técnico Judiciário – Área Judiciária, matrícula nº 41472, pelo período de 18 (dezoito) meses, **a partir de 15 de junho de 2023**, em razão de afastamento para posse em outro cargo ou emprego não acumulável, com fundamento no artigo 1º da Lei Estadual nº 13.574, de 20 de janeiro de 2005.

Art. 2º **Exonerar, de Ofício**, o servidor citado acima, após o término da Suspensão do Vínculo Funcional, de acordo com o Artigo 1º, Parágrafo Único, da Lei Estadual nº 13.574, de 26 de janeiro de 2005, que disciplina o afastamento de servidores deste Poder Judiciário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 26 de junho de 2023.

**Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará